

# **Cidadania – Cidadão – Cidadoa – Cidadã – Concidadania – Concidadão – Civildade – Civismo – Politização**

Pesquisa do significado das palavras segundo dicionário iDicionário Aulete

## **Cidadania**

1. Condição de cidadão, com seus direitos e obrigações (cidadania brasileira).
2. O conjunto dos cidadãos: campanha da cidadania contra a miséria e a fome
3. Conjunto dos direitos civis, políticos e sociais dos cidadãos, ou dos mecanismos para o estabelecimento e garantia desses direitos: aprimoramento da cidadania
4. P.ext. Exercício consciente da condição de cidadão; atuação na sociedade, em defesa da ampliação e fortalecimento da cidadania (3): Como solução para os problemas sociais, defendeu, além do desenvolvimento econômico, um choque de cidadania.

## **Cidadão**

1. Pessoa no gozo de seus direitos políticos e civis; indivíduo que é membro de um Estado e tem perante este a mesma condição que a maioria do povo: dever de obediência às leis e ao governo e direito a proteção
2. Pop. Irôn. Joc. Indivíduo, pessoa.
3. Habitante de uma cidade; esp., na Idade Média, aquele era livre de laços ou obrigações em relação a algum senhor.

Cidadão do mundo/do universo

1. Quem dá mais importância a seus deveres para com o mundo, ou a humanidade, do que aos que tem para com seu país.

## **Cidadã**

s. f. || fem. de cidadão. || (Deprec.) (pop.) Mulher.

## **Cidadoa**

s. f. || (deprec.) o mesmo que cidadã.

## **Concidadania**

s. f. || qualidade de concidadão. || Relações entre concidadãos. F. Com...+cidadania.

## **Concidadão**

1. O habitante de uma cidade ou país em relação a outro(s) da mesma cidade ou país: "Os judeus, reputando a Cristo como um concidadão, o sentenciaram conforme a lei." (Rebello da Silva, Fastos da Igreja.)

2. Aquele que, em relação a outrem, tem a mesma cidadania [Pl.: -dãos.][F.: con - + cidadão.] (con.ci.da.dão)

## Civilidade

1. Caráter do ato ou comportamento que segue os costumes relativos à boa convivência entre cidadãos, ou as convenções de demonstração de consideração e respeito mútuos: A civilidade de seu gesto causou boa impressão.2. Observância às formalidades ou convenções entre os membros bem-educados de uma coletividade: Quanta falta de civilidade!3. P.ext. Caráter da pessoa bem-educada, que age com (mostras de) dignidade, consideração e respeito pelos outros: Reconheceu a grandeza e a civilidade do adversário.[F.: do lat. civilitas, atis. Sin. ger.: cortesia, urbanidade, gentileza, polidez. Ant. ger.: incivilidade]
2. Caráter do ato ou comportamento que segue os costumes relativos à boa convivência entre cidadãos, ou as convenções de demonstração de consideração e respeito mútuos: A civilidade de seu gesto causou boa impressão.
3. Observância às formalidades ou convenções entre os membros bem-educados de uma coletividade: Quanta falta de civilidade!
4. P.ext. Caráter da pessoa bem-educada, que age com (mostras de) dignidade, consideração e respeito pelos outros: Reconheceu a grandeza e a civilidade do adversário.

[F.: do lat. civilitas, atis. Sin. ger.: cortesia, urbanidade, gentileza, polidez. Ant. ger.: incivilidade]

## Civismo

1. Amor e dedicação à pátria; PATRIOTISMO; CIVILISMO;
2. Dedicação ao que interessa à coletividade [F.: do fr. civisme; ver cívico (< lat. civis? cidadão?) e -ismo.]
3. Amor e dedicação à pátria; PATRIOTISMO; CIVILISMO.
4. Dedicação ao que interessa à coletividade.

## Politização

1. Ação ou resultado de politizar(-se). [F.: politizar + -ção.]

(Fonte: [http://aulete.uol.com.br/site.php?mdl=aulete\\_digital](http://aulete.uol.com.br/site.php?mdl=aulete_digital) acesso em: 12/07/09)

## Politizar

Palavras relacionadas: politização politizado.

1. politizar  
“Enviado por Samara (DF) em 10-06-2008.  
Inculcar a certas classes sociais a consciência dos deveres e direitos políticos atribuídos aos cidadãos que a compõem, habilitando-os ao livre exercício deles.  
O governo criou uma campanha para politizar o estado.”

(Fonte: <http://www.dicionarioinformal.com.br/definicao.php?palavra=politizar&id=2788>, acesso em 11/07/09)

## Concidadão

1. pessoa que, em relação a outra, é da mesma cidade ou do mesmo país: Na política, bem que os meus concidadãos, nimamente generosos, me hajam cumulado, por alta complacência, de mercês e dignidades, para as quais me falecem títulos de merecimento, as circunstâncias me têm circunscrito à condição de um elemento pertinaz de resistência, talvez prestadio, algumas

vêzes, para obstar ao mal, mas quase sempre sem autoridade para conseguir o bem.

(Fonte: <http://pt.wiktionary.org/wiki/concidad%C3%A3o>, acesso em 11/07/09)

## Concidadão

Significado de concidadão

s.m. Indivíduo que, em relação a outro, nasceu ou vive no mesmo país (ou na mesma cidade).

Sinônimos de concidadão

Concidadão: compatriota, compatriício, conterrâneo e patriício

(Fonte: <http://www.dicio.com.br/concidadao/>, acesso em 11/07/09)

## Civilidade

Civilidade é o respeito pelas normas de convívio entre os membros duma sociedade. Não confundir com civismo que tem que ver com o respeito pela sociedade organizada, pelas instituições e pelas leis.

### Histórico

Civil vem do latim civile, que designava o habitante da cidade civitate. Quando a humanidade se defrontou com o raciocínio, logo com a inteligência, e realmente teve a consciência do "Eu", houve a necessidade do respeito mútuo, do respeito ao outro. Começou então a codificação de civilidade, isto é, regras de convívio social que no início eram somente de respeito do inferior para com seu superior, hierárquico ou sexual, como nos animais irracionais.

### O início dos códigos de ética

Iniciou-se então a codificação de normas e regras de convívio social e de conduta, sendo impostas de modo empírico, pela tentativa e erro; os preceitos de civilidade, que eram passados de forma verbal, passaram a ser codificados e seguidos, pois o convívio em sociedade assim o exigiu. Sendo o ser humano um animal social, começou a haver de fato uma organização disciplinadora do grupo onde iniciou-se a separação do ser e do ter.

### As relações humanas

Com o aumento da complexidade das relações humanas, começou a haver quebras de conduta. Alguns queriam algo que pertencia a outrem, comportamentos começaram a ser repudiados pelo grupo, etc. Iniciou-se então uma codificação dual, entre certo e errado, pois os conflitos começaram a se iniciar dentro dos grupos sociais, que para assegurar sua sobrevivência e coesão formaram as normas civis, normas estas que norteiam a base das civilizações, do convívio em sociedade, seja na selva ou nas cidades.

### A codificação de condutas

Com o avançar do tempo e o desenvolvimento social, a vida em grupo passa a exigir uma organização formal que discipline a atividade dos indivíduos, proporcione condições de equilíbrio a suas relações e assegure a distribuição e a posse de seus bens. Foi no direito romano que pela primeira vez as normas do convívio social se dissociaram das noções religiosas e formaram um complexo de leis codificado, de caráter prático e aplicação sistemática, esta baseada no respeito mútuo, pois o homem,

por natureza, é moral, racional e social, e a lei facilita o desenvolvimento dessas qualidades inatas, e esta deve seguir à ética, e principalmente ao respeito a outrem. E assim sucessivamente.

### Os códigos morais

Sérgio Buarque de Holanda consagrou a expressão homem cordial discorrendo sobre cordialidade e civilidade, atraso e modernidade, tradição e renovação, privado e público. Segundo Buarque de Holanda, a definição de civilidade é proporcional à ética, à modernidade, à renovação, à educação, pois o indivíduo que tem como prerrogativas a civilidade é, e deve ser, cordial, ético e principalmente educado, tanto nas ações quanto no comportamento. Os códigos morais regem a conduta dos membros de uma comunidade, de acordo com princípios de conveniência geral, para garantir a integridade do grupo, a convivência pacífica e o bem-estar dos indivíduos que o constituem. Assim, o conceito de pessoa moral se aplica apenas ao sujeito enquanto parte de uma coletividade. Portanto, moral coaduna com ética e respeito, e estes são a base de qualquer grupo civilizado.

### Ver também

- Como aprender a ser ético e civilizado.
- Referências
- Raízes do Brasil-Ynaê Lopes dos Santos.
- Sérgio, historiador
- Bibliografia
- Buarque de Hollanda, Sérgio; Raízes do Brasil; Companhia das Letras; 1995; ed. 26; ISBN 8571644489.

Obtido em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Civilidade> Categoria: Sociologia.

(Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Civilidade>, acesso em 11/07/09)

## 2 - O papel do dicionário na formação da identidade dos sujeitos alunos

(...) “Nesse processo de identificação do aluno através de seu contato com dicionários, existem duas esferas ligadas entre si. A primeira, mostrada até o momento, é a que se relaciona à formação do aluno propriamente dito. A outra é aquela relacionada ao conceito de *cidadão*, pois, constantemente, os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN (1999) afirmam que não devem ser formados apenas alunos, mas cidadãos plenos. Entretanto, não é, como vimos, qualquer tipo de aluno nem tampouco qualquer tipo de cidadão, mas, contrariamente, este é um processo que faz parte do jogo histórico/discursivo do qual todos os sujeitos, necessariamente, participam para que haja produção de sentidos.

Vejamos, então, o que os dicionários dizem sobre o verbete “cidadão”.

a) “Melhoramentos” (1997):

*ci.da.dão* *sm* 1 Habitante de uma cidade. 2 Indivíduo com direitos civis e políticos. 3 Pop. Indivíduo, sujeito. *Fem.*: cidadã. *pl*: cidadãos.

b) “Aurélio” (2000):

**ci.da.dão** sm. 1. Indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado. 2. Pop. Indivíduo, sujeito. [Fem.: cidadã, cidadoa. Pl.: -dãos. ]

c) “Moderníssimo Dicionário Brasileiro”:

*Cidadão, s. m. Habitante da cidade; indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado. (Fem.: cidadã e cidadoa; pl.: cidadãos.)*

As definições dos três dicionários são muito parecidas, inclusive em suas respectivas estruturas. Nesse aspecto, um ponto é fundamental para a análise: há nos três dicionários a separação do significado de “cidadão” em duas partes distintas. Uma das partes do significado diz que “cidadão” é um “*habitante da cidade, um indivíduo, um sujeito*”. A outra parte diz que “cidadão” é um “*indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado*”.

O fato em questão é que não está se falando do mesmo cidadão, e, ao contrário, os três dicionários, sem exceção, põem uma linha divisória entre esses “cidadãos”. Para alguns, só é cidadão aquele que exerce, de fato, seus direitos civis e políticos. Para outros, basta o fato de morarem em uma cidade, basta ser (e todos assim o são) um indivíduo qualquer. Vistos dessa forma, os cidadãos são classificados em categorias distintas.

Antes, contudo, de prosseguirmos com a análise, faz-se necessário a análise do significado da palavra “direito”, um ponto crucial dessa análise, pois é nesta palavra – ou nos seus sentidos – que está o marco que delimita os dois “cidadãos” de que falamos anteriormente. O papel do dicionário na formação da identidade dos sujeitos alunos”

Continua...

(Fonte: Transcrição parcial de: O papel do dicionário na formação da identidade dos sujeitos alunos

[1] AUTOR: Jailton Lopes Vicente Universidade Católica de Brasília

In <http://br.geocities.com/estudosdiscursivos/ajaildic.html>, acesso em 12/07/09)

### 3 - Cidadania: um conceito

“Segundo o professor Dimas Floriani, em seu texto, “O que é cidadania”, para abordar o significado dessa palavra temos que nos referirmos a conceitos como igualdade, democracia, justiça, ética, política, condição humana e informação. Da mesma maneira que se necessita de um conjunto de elementos materiais para se construir uma casa, a cidadania exige condições materiais, políticas e culturais para a sua realização.

Os conceitos mudam de acordo com a história da humanidade, assim para os gregos ser cidadão era ser habitante da cidade, hoje, ser cidadão é poder conviver democraticamente em uma sociedade que garanta as melhores condições para cada um e para todos, de realização pessoal e coletiva com base nas conquistas alcançadas pela humanidade, ter acesso a educação, a saúde, ao lazer, aos bens culturais, ao convívio equilibrado com o meio ambiente, respeitar o outro, suas escolhas, seu credo, sua condição e opção sexual, política e filosófica.

O professor faz a seguinte pergunta. Somos todos cidadãos?

Sua resposta é que,” infelizmente não. Pela lei, sim. E já não é pouco, embora não seja o suficiente. Mas de fato, não somos todos cidadãos. Destino? Não.

Merecimento de uns, mais do que de outros? Também não. Afinal o que pesa no fato de uns serem mais cidadãos do que outros? Nossa urbanização que deveria ser sinônimo de realização da cidadania, não conseguiu até agora resolver problemas sérios de exclusão social, de fome, de desemprego e de escolarização para todos. Essas mazelas sociais não vem, infelizmente, sozinhas. Em geral são acompanhadas de violência, desvalorização da pessoa, auto-marginalização, perda da auto-estima, etc. A consequência disso tudo é o quadro de deterioração social, de violência urbana e de despolitização. A politização de uma sociedade está na razão direta da capacidade da população ter acesso aos bens da civilização, como emprego, renda, escolaridade, saúde, lazer, etc.”

O autor aponta algumas conclusões, sobre cidadania que estão elencadas abaixo.

11.2 Podemos dizer que é uma conquista histórica e social da modernidade.

11.3 Que a cidadania depende de uma sociedade capaz de assegurar a qualquer um e a todos a possibilidade de se auto-realizarem, em termos de acesso aos bens econômicos e sócio-culturais disponíveis.

11.4 A democracia é um sistema de governo, (...) que não anula a possibilidade de exercitar a liberdade de pensamento, de credo e de escolha.

11.5 As leis existentes em nossa constituição são necessárias, mas insuficientes para a garantia da cidadania plena.

11.6 A cidadania exige a presença ativa de pessoas capazes de se reconhecerem como cidadãos. Para um tal reconhecimento, é necessário que as mesmas tenham tido a possibilidade de acesso aos bens da civilização moderna como formação intelectual, profissional, emprego, renda, etc,

11.7 A cidadania é uma condição política de direitos e obrigações frente ao coletivo e as pessoas com as quais se convive. É poder refletir sobre os atos que tenham consequências sociais, ter consciência dos seus resultados (...) sobre a sociedade, como jogar lixo no rio, quebrar um telefone público ou desviar verbas públicas...

Concluindo está reflexão sobre cidadania o autor diz que “Alcançar definitivamente a cidadania, para cada um e para todos, talvez seja uma utopia. Mas aquilo que disse Mário Quintana sobre as estrelas, vale também para a busca da cidadania. “Que tristes os caminhos se não fora a luz distante das estrelas”.

(Fonte: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/genero/cartilhagenero/conceito.html>, acesso em 12/07/09)

#### **4 - Única referencia a um projeto de concidadania**

Somente na pesquisa sobre “*CONCIDADANIA 2003 - Conferência Metropolitana da Cidadania*” foi encontrada estes textos bastante elucidativos sobre CONCIDADANIA.

## **Concidadania**

### **O que é a CONCIDADANIA?**

Como é do conhecimento geral, a Conferência Metropolitana da Cidadania - CONCIDADANIA -vai ser realizada no mês de dezembro deste ano.

Será um grande encontro comunitário que visa essencialmente definir meios pelos quais possamos viabilizar o que chamamos de "Poder-Cidadão: O Poder da Sociedade Organizada", ou seja, um poder que fortaleça os cidadãos diante dos demais poderes, no sentido de que a condição de cidadania plena seja respeitada, conquistada e vivenciada por todos os segmentos sociais. Ou ainda, que o cidadão transforme-se sempre no protagonista da vida comunitária e social de sua cidade, por intermédio de sua participação e capacidade de se organizar e agir coletivamente.

### **Quem a promove?**

A CONCIDADANIA é uma realização do Fórum da Cidadania, instância de caráter informal, plural e supra partidária, permanentemente aberta à participação de cidadãos conscientes e solidários que desejam construir e fortalecer redes integradas que se comuniquem e interajam em círculos sociais cada vez mais amplos e complexos.

O Fórum da Cidadania reúne um número aproximado de 100 lideranças que atuam nas mais variadas instituições da cidade de Santos e dos municípios da região: ONG-s, Universidades, Escolas, Empresas, Sindicatos, Associações de Bairro, Clubes de Serviço, Comunidades Religiosas, Sindicatos e Organismos do Poder Público, além de cidadãos autônomos e imbuídos de responsabilidade social.

A atuação do Fórum da Cidadania dá-se, portanto, num rico processo de construção coletiva da cidadania por intermédio de saudável convivência que se caracteriza, pelo respeito à diversidade e pela obtenção de consensos que possam resultar em ações conjuntas ou complementares.

### **Por que a CONCIDADANIA?**

Porque, apesar de estarmos vivenciando pleno Estado de Direito, o país ainda não superou, e está muito longe disto, a extrema desigualdade sócio-econômica, que acarreta igual desigualdade cidadã: alguns são mais cidadãos, outros menos cidadãos e muitos que, em razão das imensas dificuldades de sobreviver, nem cidadãos são.

Porque é urgentemente necessário que se encontrem canais efetivos de participação, de modo que o cidadão seja, efetivamente, protagonista da vida social de sua cidade. Para tanto, a participação do cidadão, para ser eficaz, deve estar assentada numa tríade, que compreende o estímulo, a informação e a organização.

Porque o exercício democrático não se resume apenas na democracia representativa, passando, do mesmo modo, pelo exercício da democracia direta, assegurada pela Constituição e diversos outros dispositivos legais, a fim de que as políticas públicas venham a refletir os anseios manifestos pela vontade da sociedade organizada.

Porque o que denominamos poder cidadão deve se constituir em um poder capaz de interferir significativamente nos demais poderes; ora contrapondo-se a eles, ora colaborando, criticando, pressionando, fiscalizando ou sugerindo, sempre numa perspectiva de construção de uma sociedade edificada na solidariedade e justiça social.

Porque o cidadão deve, de forma coletiva e organizada, exercer legítimo controle social sobre os poderes constituídos e sobre os meios de comunicação, exigindo-lhes o

devido respeito, transparência de suas ações e o estrito cumprimento de suas finalidades em favor do bem comum e da qualidade de vida do conjunto da população.

## **Objetivos**

De acordo com as considerações acima, a CONCIDADANIA e as respectivas Pré-Conferências terão os seguintes objetivos:

1. Promover o controle social da população sobre os poderes constituídos e os meios de comunicação de massa.
2. Alcançar maior consciência a respeito dos direitos e deveres do cidadão em sua vida cotidiana.
3. Viabilizar atitudes e procedimentos que favoreçam o exercício da democracia direta.
4. Implementar Políticas Públicas que sejam resultantes de amplos processos de participação da comunidade organizada, iniciando-se pela implantação efetiva de orçamentos participativos.
5. Viabilizar projetos de geração de renda que favoreçam os segmentos sociais carentes e que também possam subsidiar outras ações cidadãs.
6. Constituir um sistema alternativo de comunicação e intercâmbio que facilite a veiculação de idéias e dê agilidade às iniciativas das entidades participantes da conferência.

## **Cronograma**

**Lançamento da CONCIDADANIA:** 5 de setembro

**Pré-conferências Setoriais e Municipais:** setembro, outubro e novembro.

Conferência Metropolitana: 1 a 14 de dezembro

**Observação:** A Conferência Metropolitana irá consolidar e sistematizar as propostas e encaminhamentos de todas as pré-conferências, que por sua vez irá definir uma agenda de prioridades que norteará a atuação do Fórum da Cidadania em 2004.

## **As Pré-Conferências**

As Pré-Conferências -Temáticas e Municipais - serão realizadas nos meses de setembro, outubro e novembro, devendo focar um tema específico relacionado à questão da Cidadania. Mais precisamente, as Pré-Conferências objetivam encontrar caminhos que venham a ampliar as possibilidades de exercício da cidadania no âmbito das mais diversas áreas sócio-políticas (educação, cultura, saúde, poderes constituídos, meio ambiente, meios de comunicação, etc.). Inversamente, poderão também se constituir em momentos significativos para propor e viabilizar avanços e novas abordagens nessas áreas, a partir de ações cidadãs organizadas e participativas.

Portanto, as Pré-Conferências serão ocasiões muito propícias para reunir cidadãos interessados e afinados com uma determinada problemática que, por intermédio de reflexão, intercâmbio e debate de idéias, possam, de forma consensual, definir prioridades e aprovar e encaminhar propostas concretas que, certamente, irão subsidiar a Conferência propriamente dita e terão por desdobramentos novas iniciativas a serem coletivamente assumidas.

## **Como Participar**

As pré-conferências são abertas à participação gratuita de todos (as) cidadãos e cidadãs interessados (as). Não é necessária inscrição prévia. Basta comparecer e participar.



## **Festival de Arte Cidadã**

Estamos propondo para o período de realização da CONCIDADANIA - 1 a 14 de dezembro - o desenvolvimento simultâneo do multi-evento "Arte Cidadã" sob a forma de um diversificado festival.

Todas as manifestações deste festival terão como tema único a solidariedade, que poderão ser expressas por meio de Produção Literária (Poesia, Crônicas e Contos), Música, Teatro, Dança, Fotografia, Artes Plásticas e Vídeo, além de um concurso voltado á área de Jornalismo (matérias relacionadas ao tema).

Desvendar os horizontes dessa palavra, que de uns tempos para cá tomou um uso ambíguo, para não dizer um mau uso, talvez seja também um dos objetivos do multi-evento.

Assim, quando se diz que alguém é solidário, sempre se pergunta "com quem" ou "a que". A palavra etimologicamente detém a idéia de que ser solidário é pertencer a um mesmo conjunto e partilhar de uma mesma história. Daí seus equívocos: ser solidário, quando se está num determinado conjunto social é defendê-lo e protegê-lo. Isso, nada mais é do que se auto defender. Há algo de virtuoso nesse proceder?

A solidariedade trabalha com um universo de interesses convergentes ou corporativos. Ajudar a outro com interesse para que ele não me importe, é ser solidário? Em outras palavras, dar uma esmola ou um prato de comida é ser solidário? Como escreveu um filósofo, (Sponville), ser solidário é sermos todos inter-dependentes: "Em que sua morte me torna menos vivo? Em que sua pobreza me torna menos rico?"

Nosso saudoso Betinho, que de solidariedade bem entendia, escreveu: "Se a exclusão produziu a miséria, a solidariedade destruirá a produção da miséria, produzirá a cidadania plena, geral irrestrita, democrática. Se a distância perpetua a miséria, a solidariedade interrompe o ciclo que a produz e abre possibilidades imensas para se reconstruir a humanidade".

É isso. Expressar a solidariedade na arte, talvez possa produzir nos atores sociais uma nova dimensão para seu fazer diário, ajudando-os a evitar equívocos."

Luis Soares

## **Milhões de Nós**

Deixando de lado quem deveria vir e não veio, nós estamos aqui.

Vindos de distantes pontos, adiando outras possibilidades, estamos aqui.

Tão preocupados, com tantas histórias em nossa história, nós traçamos caminhos muito diferentes para nos encontramos, planejamos destinos diversos para nós e para a sociedade, e estamos aqui. Por que?

É que, com tantas idéias, e tão diversas, temos, lá no fundo, uma idéia em comum.

Nós não estamos satisfeitos com as coisas como elas vão, nós queremos, e queremos muito, que a vida seja diferente mas, cada um de nós sabe nós não podemos mudar a vida, e por um único motivo: a vida não é de alguns, mas de todos nós e por isso, para ela mudar de verdade, precisa de todos nós.

Mesmo que só alguns ajam, que alguns só pensem, que outros só resistam, a mudança será de todos, ou não será mudança. Porque a felicidade será para todos, ou não poderá ser de ninguém.

Seja no emprego, na saúde, na educação, na segurança, em todo o Estado, no planeta! Por isso, nós estamos aqui.

Porque, como mostram nossas agendas, a vida precisa de muitos nós. Como uma imensa rede.

Porque nós podemos nos cercear, nos acusar, nos dividir e nos violentar ou nos estimular, alegrar, unir, amar. A decisão é nossa.

Se quisermos mudança de verdade, precisaremos não apenas tolerar a diferença, não apenas trabalhar a diferença, mas festejar a diferença e o afeto como único caminho para o crescimento.

Hoje, precisamos encontrar caminhos para exercer, fortalecer, amar a diversidade, para acabar com o unilateralismo, a imposição, a exploração, para acabar com qualquer forma de violência.

Servimos, todos, de espelhos, uns para os outros.

Se não gostarmos do que vemos refletido, só nos resta limpar, polir, cuidar, frente a frente, com todos os espelhos que pudermos.

Só assim, poderemos nos enxergar plenamente, sob todos os ângulos, milhões de nós, ao infinito.

Autor: Maurício Zomignani

E-mail: [concidadania@oi.org.br](mailto:concidadania@oi.org.br) E [neorama@uol.com.br](mailto:neorama@uol.com.br)

site - <http://www.oi.org.br/concidadania>

Em nosso site você encontra:

As Entidades que estão representadas no Fórum da Cidadania.

Calendário e informações das pré-conferências.

Composição das comissões técnicas da CONCIDADANIA: Coordenação Geral, Divulgação, Assessoria Técnica, Apoio Institucional e Secretaria Geral.

Regulamento completo do Festival de Arte Cidadã.”

(Fonte: <http://www.proffabiao.com.br/si/site/051001>, acesso em 12/07/09)

## **5 - Educar e politizar para a cidadania**

“O ser humano politizado cuida melhor de si, da saúde, dos outros e da natureza.

As transformações sociais e políticas de repercussão, no Brasil e no exterior, quase sempre tiveram a participação decisiva da juventude. Qualquer processo de mudança dificilmente iniciará sem a união da população, sobretudo dos jovens. Sem a força jovem, a possibilidade de a nação melhorar progressivamente é incerta, remota e incompleta.

Educar e politizar são duas esferas muito próximas. Ensinar a não roubar num país infestado de corruptos; lavar as mãos antes das refeições e outros hábitos de asseio, num país enfermo; conhecer as potencialidades e limitações do corpo de acordo com a idade, aprender a estudar e trabalhar em equipe, respeitar as normas de trânsito, ajudar um portador de deficiência atravessar a rua, tudo isso é educação, politização e inter-relacionamento humano.

O Brasil necessita, urgentemente, politizar o jovem para a cidadania.

Nesse particular, não são só as instituições de ensino fundamental, médio e superior que estão derrotadas, porque não correspondem mais às exigências de preparação moral e cívica das crianças e jovens.

A família, a Igreja, o Estado, os sindicatos, as associações, o Ministério da Educação têm sua parcela substancial de culpa nesse atraso e limitações. Nenhuma pessoa sensata é contra o diploma, o que se interroga é a excessiva valorização deste documento que, de acordo com críticas dos próprios dirigentes educacionais, incluindo o Ministério da Educação, confere formação incompleta.

Poucos se deram conta de que higiene e limpeza no fundo do quintal é sinônimo de saúde, qualidade de vida e bem-estar.

É, por exemplo, esta linguagem que deve ser levada para dentro das escolas, no campo, nas favelas, nas Igrejas, nas famílias. Por isso, cada segmento pode, espontânea e gratuitamente, materializar um plano prático de educação, saúde e civismo.

Os dois Brasis não são o Norte (Norte, Nordeste e Centro-Oeste) e o Sul (Sul e Sudeste).

De acordo com o espaço ocupado na mídia, um Brasil é formado pelos exploradores, Estado esbanjador e ineficiente, retóricos, corruptos, improdutivos, caros e estereotipados -, e o outro é constituído pelos explorados, trabalhadores e empreendedores cada vez mais especializados, que empregam todas as suas forças e patriotismo para traçar perspectivas e novos horizontes, mas, infelizmente, é um contingente desunido e pouco politizado.

Politização, ética e educação cívica são componentes essenciais para viver com dignidade. Quanto mais o País investir neste tripé, mais rapidamente sepultará a corrupção e a concentração de poder e riquezas nas mãos de poucos. Em seu lugar, despontará um amanhã promissor para a coletividade.

O povo passará a ter consciência das responsabilidades com a nação e a moralização pública. Aí, sim, estará apto a eleger parlamentares e governantes competentes e probos.

Ainda, se queremos um Brasil unido e próspero, precisamos:

- 1º) arrancar do solo a árvore daninha da corrupção e reduzir drasticamente o número de senadores, deputados federais e estaduais, vereadores e burocratas;
- 2º) ensejar a cultura do diálogo e do entretenimento entre as pessoas, o que evitará a sobrecarga de julgamentos nos tribunais de justiça;
- 3º) reduzir em, no máximo, vinte vezes o valor das aposentadorias e salários pagos aos trabalhadores, políticos e funcionalismo público. Na maior parte da Europa, é de nove vezes;
- 4º) pautar horários e espaços nos meios de comunicação social para a cultura do respeito pessoal, familiar e social;
- 5º) oferecer mais oportunidade às crianças e jovens para estudarem e se divertirem, a custo zero, sobretudo para famílias carentes.”

AUTOR: Pedro Antônio Bernardi é jornalista, economista e professor, assessor e consultor de comunicação, autor do livro Palavra Amiga.

(Fonte: Paraná – Online - Artigos • 21 de abril de 2008 por Padilha

Fonte: <http://www.defender.org.br/educar-e-politizar-para-a-cidadania/>, acesso em 11/07/09)

## 6 - Cidadania e Civilidade...

“O ser humano, tem-se degenerado nos últimos anos, as leis, os princípios, a moral, os bons costumes, o respeito pelo outro ser humano, o amor ao próximo, a solidariedade, a caridade e muitas outras coisas básicas, têm sido deixados de lado, o ser humano rouba, engana, mata, corrompe, é corrompido, mente, é a lei do quem pode mais chora menos, como nunca na história.

O homem é um animal como outro qualquer, só que dotado de inteligência (será?).

Será o homem mesmo inteligente ou tem apenas os sentidos mais aguçados do que os outros animais, principalmente para o mal, pois, é o único dentre os animais que mata por esporte, por perversidade, por prazer, os demais animais o fazem para sobreviver, para se alimentar.

Será que os animais, gostariam de serem comparados com os seres humanos? Não sei não, se pudessem expressar-se, certamente, ficariam indignados com a comparação.

Deus deu ao ser humano um pouco mais de discernimento que aos outros animais, porém este discernimento foi deturpado e usado para o mal em detrimento do bem.

O ser humano é vaidoso, egoísta, narcisista, ansioso por poder e dinheiro, mau pela própria natureza, capaz de enganar, de mentir, para conseguir seus objetivos.

Deus deu ao homem o livre arbítrio, o poder de decidir o que ele quer fazer, o ser humano pode fazer tudo o que lhe aprouver, mas é preciso saber que terá que dar conta de seus atos, todos eles, senão hoje, amanhã ou depois, mesmo depois da sua morte, algum dia Deus vai cobrar suas atitudes.

É preciso ter inteligência para ver que: "tudo posso, mas nem tudo me convém".

Quando analisamos que "nem tudo me convém", então estamos sendo inteligentes, estamos procurando discernir entre o bom e o ruim.

Não entre o que é do bem ou do mal, mas o que é bom ou mau para nós mesmos.

Quantas vezes tomamos decisões que depois nos arrependemos?

O arrependimento não minimiza nossas dores, nem nos redime dos nossos atos impensados, poderá, contudo nos levar a remissão da nossa falta.

Quantas vezes fazemos coisas que sabemos não serem certas?

Toda vez que insistimos em fazer uma coisa que sabemos não ser correta, mas que nos trará alguma vantagem ou prazer, devemos levar em conta as conseqüências do nosso ato e toda a responsabilidade que isso nos acarretará, em tudo há risco e temos um preço a pagar por cada atitude nossa.

Quantas vezes decidimos assumir os riscos de nossas decisões, mesmo sabendo que não são adequadas?

Nossa vida é um jogo, passamos o tempo todo blefando, tentando enganar a sorte, tentando enganar a nós mesmos, dizemos: Sei que estou errado, mas vou fazer assim mesmo, assumo a responsabilidade e as conseqüências depois. Quando elas vêm, ficamos desesperados, então tentamos de todo jeito corrigir o que fizemos, mas é tarde demais.

Há quatro coisas no mundo que não voltam jamais:

1. A seta atirada.
2. A água passada.
3. A palavra proferida.
4. A oportunidade perdida.

Errar tentando acertar é uma coisa. Errar pelo simples prazer de errar, sabermos que estamos errados, mas, mesmo assim praticarmos o ato só pra contrariar regras e princípios. Este, é o pior de nossos erros.

Cometer o mesmo erro diversas vezes é o mesmo que colocar o dedo debaixo do martelo e esperar que ele caia em cima do seu dedo, é a pior de todas as declarações de ignorância e burrice que se pode fazer.

Esse livre arbítrio dado por Deus a nós, tanto pode ser bom como ruim, pode nos levar a uma encruzilhada.

Será que temos mesmo o direito de fazermos o que quisermos com nossas vidas?

Será que cada ser humano pode fazer o que bem lhe der na telha e os outros não tem nada com isso?

Será correto tomarmos atitudes, fazermos coisas com nossa vida não nos importando se com isso vamos, ou não, influenciar na vida dos outros?

Podemos em sã consciência fazer uso do nosso livre arbítrio para fazer o que queremos, sem nos preocuparmos com as conseqüências?

Para tudo neste mundo existem regras. Regras dos bons costumes, da moral, da ética, da cidadania, da civilidade.

Podemos fazer nossas próprias regras. Temos o direito de criar critérios próprios? Temos nós inteligência e discernimento para criar nosso próprio código de conduta?

E a cidadania onde fica?

Muitas vezes as coisas estão à nossa frente, mas fazemos questão de não vê-las, pelo nosso próprio benefício, para podermos tirar todo proveito possível da situação.

Mas será isso correto? Poderá um ser humano tomar atitudes em sua vida, que o beneficiem ou lhe dêem prazer ou simplesmente satisfaçam as suas vaidades, sem pensar nas conseqüências para os outros seres humanos? Isso não se chama egoísmo?

É necessário ser culto para saber pensar e agir corretamente?

Obviamente que não, princípio é uma coisa que trazemos do berço, não há cultura que faça uma pessoa ter bons princípios. Existem bandidos e canalhas ricos e instruídos. E existem pessoas humildes, sem conhecer a diferença entre um zero e um Ó, que são pessoas honradas.

Agir corretamente é uma prerrogativa somente das pessoas dotadas de inteligência? Se assim o fosse, nós viveríamos num mundo caótico, pois, grande parte da população de nosso país é analfabeta ou quase isso.

O que será agir e pensar corretamente?

Há alguma cartilha que nos mostre como devemos agir?

Claro que temos muitas leis e códigos, mas não se trata disso.

Quando era criança, aprendi que devemos agir sempre segundo a nossa consciência.

Essa consciência se forma na nossa infância e adolescência, e, se aprimora e desenvolve, quando ficamos adultos.

A nossa consciência é formada pelas coisas que aprendemos e vamos armazenando ao longo do nosso desenvolvimento intelectual durante a meninice e a puberdade.

Se formos criados desde o berço sem limites, sem barreiras, sem que seja colocado que como cidadãos temos deveres e direitos, acabaremos nos tornando cidadãos também sem limites, egoístas, não saberemos jamais exercer a cidadania que é necessária para se viver em sociedade.

O primeiro dos aprendizados que devemos ter em nossas vidas é o de que vivemos numa sociedade, que é composta por diversos indivíduos, que há outros seres humanos à nossa volta, que a vida não se resume exclusivamente na nossa pessoa, que a nossa sobrevivência depende da convivência com outras pessoas e que essa convivência precisa ser harmoniosa e cordial, para que possamos ser respeitados como indivíduos.

Devemos ter sempre em mente que temos deveres e direitos para com essa sociedade. Todavia, devemos primeiro em qualquer circunstância, cumprir com nossos deveres para podermos depois, plenamente tomar posse de nossos direitos.

Infelizmente isso pouco acontece na nossa sociedade. A Lei de Gerson, “de levar vantagem em tudo”, é o conceito mais usado entre a maioria das pessoas.

O seu vizinho liga o som no volume que interessa somente a ele, sem se importar se você gosta da música ou não, violando o seu direito de ouvir a música que quiser, ele também tem o direito de ouvir o que quiser, mas deveria ouvir num volume que satisfizesse somente ao desejo dele, sem incomodar às demais pessoas.

O seu colega de trabalho, que trabalha na mesa ao lado, masca chicletes o dia todo, um hábito horrível por sinal, não se preocupando se você está incomodado ou não.

O seu amigo acende um cigarro, mesmo sabendo que isso o incomoda e prejudica, pois, você sofre de asma, mas ele não se importa com isso, viola os seus direitos e de muitas outras pessoas abertamente sem se importar, isso é falta de cidadania e solidariedade, falta de humanidade.

Nas relações familiares então, a violação dos direitos é algo assustador. Maridos não respeitam esposas e vice-versa, pais não respeitam os direitos dos filhos e a recíproca é verdadeira, causando verdadeiras batalhas familiares.

Quem não respeita os direitos dos outros, certamente terá os seus violados.

Nossa sociedade está cheia de regras.

Regras de conduta, regras de bem viver, regras de comportamento social, regras de convivência familiar, são coisas inventadas pelo homem para tentar viver melhor em sociedade, mas quase nunca respeitadas.

O ser humano precisa conscientizar-se de que os outros também têm direitos, precisamos ser compreensivos, respeitadores das leis e preceitos de boa vizinhança, precisamos ser mais solidários com os outros seres que habitam esse nosso planeta, precisamos compreender que não somos animais irracionais e deixar de agir como tal.

Pregamos a paz e fabricamos armas, os políticos são inescrupulosos e irresponsáveis, formam cartéis, verdadeiras quadrilhas que assaltam os cofres públicos, dinheiro que deveria ser empregado para o bem estar da sociedade.

Os governantes acham que seus governos são feudos, que são propriedades suas e de seus asseclas, usam a coisa pública como se fosse sua propriedade particular, usufruindo dela para seu próprio benefício, sem culpa ou remorso, é o poder, que depois do dinheiro é o maior dos males da humanidade.

Mas na realidade o que falta ao ser humano é Deus em suas vidas, o homem, sem exceção acha que pode resolver a sua vida por si próprio, é neste ponto que ele cai no abismo, é aí que sua vida degenera-se, quando ele tenta fugir do crivo das coisas sagradas e pensa que pode agir conforme suas próprias leis e preceitos. Esquece-se de que toda lei é baseada nas escrituras sagradas, não precisaríamos de outras leis, temos simplesmente que obedecer aos dez mandamentos de Deus, que é o princípio de todas as leis criadas pelo homem.

Enfim, falta-nos algo, falta-nos solidariedade, respeito, disciplina e cidadania, entre outras coisas, o desejo sincero de obedecer antes de ser obedecido.

Pensem um pouco em nossos semelhantes, analisemos nossas atitudes para com eles, reflitamos no que temos feito e ficaremos envergonhados conosco.

Sejamos generosos, cumpramos antes com nossos deveres de cidadãos, depois de fazê-lo, então tomemos posse de nossos direitos.

Certamente a sociedade e o mundo serão bem melhores.”

Autor: Acreucho - Rio Branco (AC) - 11/6/2007

Realização: [Instituto Overmundo](#) - tags: [Rio Branco](#) [AC](#) [cultura-e-sociedade](#)

(Fonte: <http://www.overmundo.com.br/overblog/cidadania-e-civilidade>, acesso em 11/07/09)

## 7 - Fraternura – o que significa

“A primeira vez que ouvi esta palavra foi da boca/alma de Leonardo Boff, em uma experiência mística belíssima. Este grande teólogo falava sobre São Francisco de Assis para mim, e para uma multidão, numa Conferência no Fórum Social Mundial de Porto Alegre, em janeiro de 2003.

Para além da simples junção das palavras fraternidade e ternura, **fraternura** remete nosso pensar e sentir para a criação de uma outra forma de vermos e vivermos em comunhão com os/as outros/as. Remete ao pensar sobre as enormes possibilidades de criarmos um mundo novo, a partir do nosso cotidiano.”

### Psiquiatria e Psicologia

Mansidão, afabilidade e doçura nas relações humanas.

Trecho recortado de “O RESGATE NECESSÁRIO A PARTIR DAS INSTITUIÇÕES AUTOR: Prof. MS. João Beauclair - Psicopedagogo, Arte-educador, Mestre em Educação - 06/03/2006.

(Fonte: <http://www.drashirleydecampos.com.br/noticias/18749>, acesso em 11/07/09)

## 8 - Fraternura - Osvino Toillier

“Num tempo de desesperada busca por sentido de vida, de tanta brutalidade, de tanta fartança e ao mesmo tempo de carência de humanidade, de tanto absurdo e de acontecimentos incompreensíveis, estamos todos saudosos da simplicidade da vida, da pureza angelical da criança, em cujo olhar se reflete a candura e a essência divina, que o adulto lamentavelmente perdeu, porque mergulhou fundo no mundo das coisas materiais e deu de cara no vazio da existência desnuda.

O único adulto que continua criança e não perdeu esta essência é o poeta, em que podemos nos socorrer e em cujo olhar para o mundo talvez esteja preservado um pouco daquilo por que ansiamos desesperadamente.

Fernando Pessoa é desses mágicos que não perderam a beleza que os olhos enxergam, a alma vê e o coração guarda na memória e, por isso, é eterno. São dele estas palavras antológicas: “O meu olhar é nítido como um girassol. Tenho o costume de andar pelas estradas, olhando para a direita e para a esquerda. E de vez em quando olhando para trás. E o que vejo a cada momento. É aquilo que nunca antes eu tinha visto. E eu sei dar por isso muito bem... Sei ter o pasmo essencial. Que tem uma criança se, ao nascer, reparasse que nascera deveras... Sinto-me nascido a cada momento. Para a eterna novidade do mundo”.

Quanta beleza encerram estas palavras do poeta que se aloja em tudo que existe, mas que nossos olhos parece não enxergarem mais por estarem tão ocupados com tabelas, gráficos de desempenho, metas, resultados e busca incessante de coisas com tão pouco significado para o verdadeiro sentido da existência.

O olhar de muita gente implora por compreensão do drama pessoal que ninguém mais percebe, porque os olhos estão cegos para o sofrimento alheio e o coração blindado contra a solidariedade ao próximo.

Parece que o homem do nosso tempo se tornou um bicho cada vez mais solitário com sua dor, conectado ao mundo, mas sem ninguém disposto a perguntar pelo seu sofrimento e, especialmente, com disposição para ajudar.

Há um pedido de socorro que ninguém ouve, porque o barulho não deixa e a velocidade e a volúpia do poder e desejos materiais tornaram-se prioridade na vida das pessoas. Enquanto isso, a loucura ganha espaço, e os homens e mulheres de bem não sabem o que fazer com ela quando se defrontam com os absurdos da vida.

O mundo está adoecendo perigosamente, com o agravante de não tomarmos conhecimento da gravidade, deixando cada um carregando sua dor e vivendo sua pequena vida.

O desafio é que não percamos fraternidade e ternura, reunidas no neologismo poético “fraternura”, quiçá responsável por tantas ausências e carências, estranhamente num mundo com tantas conquistas e emoldurado pela eterna novidade.”

AUTOR:

Osvino Toillier - Professor & Escritor - presidente do SINEPE/RS

e-mail do colunista: [osvino@sinepe-rs.org.br](mailto:osvino@sinepe-rs.org.br)

[http://www.sulmix.com.br/colunista\\_osvino/PAGINAS/osvino260.htm](http://www.sulmix.com.br/colunista_osvino/PAGINAS/osvino260.htm);

(Fonte: <http://www.aprendaki.com.br/noticias.asp?id=13223>, acesso em 12/07/09)



## 9 - Objeção de consciência

“Para os antigos filósofos gregos, a consciência, syneidesis, era a "mestra da verdade". Para tanto, a consciência deve ser educada por um juízo moral, esclarecido. Para a formação de uma consciência cristã é preciso estabelecer uma reta razão, que nada mais é do que fazer o que se tem certeza que é certo. Trata-se de um juízo prático acerca da bondade ou da malícia de um determinado ato.

A fascinação pelas meias-verdades é o grande desafio para a Teologia Moral. Cabe, por isto, um alerta: cuidado com as consciências elásticas, das pessoas que agem conforme as circunstâncias particulares: "faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço". É o caso de uma mãe, sem objeção de consciência, que disse: "eu sou contra o aborto, mas... neste caso...". É o chamado "duplo estatuto da verdade moral", em que a consciência, por motivos particulares vai contra o preceito válido da norma geral. É a chamada "moral de ocasião".

Para testar a decisão de atos e consciências, e considerando a estreita relação que existe entre consciência e liberdade, é prudente observar que, sempre que ocorrer a alguém o assalto de dúvida, se um fato é pecado ou não, podemos ter certeza de que é, pois os atos lícitos não deixam dúvidas. A objeção de consciência ocorre quando a pessoa se recusa a cumprir um preceito em razão desse imperativo.

A consciência reta se perfila à verdade objetiva, acolhida pelo coração humano. É sempre da verdade que deriva a dignidade da consciência. A isso se chama reta razão. A Teologia Moral paulina revela que a lei do amor mútuo está inscrita no coração do homem. Justamente essa inscrição é que revela que o dever moral se funda na liberdade: "Jesus Cristo nos libertou para que fôssemos livres" (Gl 5, 1). Em Rm 12,2 o apóstolo fala em formar a consciência para o bem e para a verdade, buscando fazer a vontade de Deus, isto é, o que é bom, o que é agradável a ele, o que é perfeito (v. 2c). Deus é o autor da moral. A consciência deve ser iluminada pelo Espírito Santo (cf. Rm 9, 1), ser pura (cf. 2Tm 1,3) e manifestar a verdade (cf. 2Cor 4, 2). Como ensinam os moralistas, o ser humano não deve amoldar-se à mentalidade do mundo (cf. Rm 12, 2), mas converter seu a Deus.

Somos julgados pela consciência reta e não por aquela, fragmentada por distorções ou acomodações. Certos desvios de moral criam regras elásticas para as consciências que, ao invés de atuar naquela reciprocidade com as outras, como diz B. Haering, assume foros egoístas, personalistas, capazes de validar injustiças, sob a alegação de normas íntimas, ao afirmar que "cada um responde por sua cabeça". Os artifícios intelectuais, muitas vezes, deturpam as consciências. Por objeção de consciência entende-se como aquela possibilidade de recusa, por parte de uma pessoa, de cumprir um determinado preceito legal apelando ao imperativo de sua consciência. Por exemplo, um pacifista prestar o serviço militar.

Recentemente minha consciência impediu que eu me decidisse a favor de algo, extrinsecamente bom, mas intrinsecamente detestável. Em Creta (Grécia), em julho de 2007 visitei o túmulo do escritor Nikos Kazantzakis († 1957). Depois, numa loja de souvenirs, vi uma camiseta alusiva ao escritor. Era uma "T-shirt" bonita, preta, com um texto em letras douradas. Como gosto muito dessas camisetas para o verão, me dispus a comprá-la. Traduzido, o texto grego dizia "Não creio em nada; não espero nada: sou livre!". Era um contraponto ao Credo: "Creio em Deus Pai..." (não creio em nada), "...e espero o mundo que há de vir" (não espero nada). Minha consciência fez objeção a algo, extrinsecamente bonito, cujo conteúdo contrariava a minha fé.”

## 10 - Objeção de consciência

“Recusa de cidadão a prestar o serviço militar, de paciente a receber transfusão de sangue, de médico a realizar aborto em casos determinados pela lei: essas são algumas das situações em que se dá a chamada objeção de consciência, em que convicções religiosas, políticas ou filosóficas entram em oposição radical com algum dever imposto pela lei.

No Brasil, o único caso regulado foi o da objeção ao serviço militar, que foi solucionado pela possibilidade de prestação de serviço administrativo, filantrópico ou assistencial.

Apesar disso, a Constituição Federal, em seu art. 5º, VI, assegurou a liberdade de consciência, a qual fundamenta as escusas levadas a conhecimento do Poder Judiciário, já que a Constituição é a fonte primária de direitos, sendo possível, assim, reconhecer um direito geral à objeção de consciência a partir de seus dispositivos.

Mas esse reconhecimento precisa de critérios, cumprindo aos juristas delimitar esse direito a partir da própria ordem jurídica nacional: são as práticas legislativas e jurisprudenciais que devem orientar a estruturação do direito, para que todos sejam tratados igualmente.

Dois pressupostos, pois, são inafastáveis para o reconhecimento da objeção de consciência. Em primeiro lugar, o motivo de consciência há de ser profundo, de modo a representar ao objetor um ônus desmedido o cumprimento da lei. Em segundo lugar, somente pode ser reconhecida diante de dever legal, a cujo atendimento ninguém se pode furtar sem a imposição de sanção.

Um equívoco comum é o reconhecimento da objeção de consciência diante de escolhas pessoais de exercício de direitos, que o objetor pode deixar de atender sem consequência jurídica alguma. Não existe dever de prestar concurso público em dia diverso do fixado, por razão religiosa, já que isso constitui exercício de direito, e não cumprimento de dever (no STF, até mesmo para eleições é essa a solução, sugerindo-se apenas a isenção da multa por não-comparecimento). Pelo mesmo motivo, também não existe direito à dispensa a aulas que realizem experimentação em animais, pois cursar determinada faculdade é escolha do estudante, não imposição jurídica.

A importância da correta estruturação do direito à objeção de consciência decorre do fato de que, pelo princípio da igualdade, caso conferido judicialmente a alguém, tem de ser concedido a todos os demais em situação assemelhada.”

## 11 - Mídia, Civilidade, Civismo

“No princípio está o verbo, no princípio é o verbo. A palavra é crucial. Se a proposição das Escrituras é correta, antes de cuidarmos das idéias, tratemos dos vocábulos que as formarão e conformarão. Não somos etimologistas, muito menos filólogos, mas vocês na profissão que escolheram e eu na minha, temos na palavra a matéria-prima essencial.

Começemos pela própria origem do termo palavra. Vem do grego parabolé que, no latim deu parábola. Parábola é uma história simbólica, alegoria. Então, neste preâmbulo, façamos uma incursão parabólica sobre as palavras-chave que aqui nos reúnem esta noite.

O carro-chefe deste simpósio é o Preconceito. Certamente alguns dos que me precederam já examinaram a etimologia e o sentido do termo. Se o fizeram, tanto melhor, o symposiôn grego era um banquete onde todos entravam com o seu quinhão e saíam com a soma dos aportes dos outros.

Preconceito, pré+conceito, o praeconceptu latino, é um julgamento prévio, sem ouvir as partes, posição irrefletida, pre+concebida, irracional. Também pode ser entendido como um pré+juízo. Tanto que em espanhol diz-se prejuício, em francês é prejudé, em inglês prejudice e em alemão vorurteil. Em todos os casos, a mecânica etimológica é idêntica: o prefixo indicando antecipação e, o resto, significando julgamento.

Fiquemos com o nosso idioma, o português, a última flor do Lácio, no qual o preconceito também significa dano, estrago, perda. Em outras palavras, a adoção sumária de uma opinião ou critério, antes de passar pelo filtro de um julgamento equânime, constitui um mal, ofensa moral.

Examinado o aspecto filológico do preconceito vamos ao título desta intervenção. É composta de três substantivos que também serão devidamente peneirados.

Mídia, vem do latim e deveria escrever-se media, plural de medium, mas como sempre macaqueamos os americanos, acabamos por roubar-lhes a pronúncia mas não a grafia. Escrevem media como os romanos o faziam e nós, descendentes diretos dos romanos, escrevemos mídia. Mas media ou mídia é plural. Em Portugal, onde se fala e escreve com mais propriedade o nosso idioma comum, eles dizem os média enquanto nós dizemos a mídia, no singular.

Não é a única e nem será a última impropriedade de usos e costumes legalizada por nós. (Aliás, permitam-me esta observação: se fossemos menos lenientes nas pequenas coisas, não seríamos transgressores nas coisas importantes).

Medium é meio, modo, maneira, forma, via, caminho, condição em que se executa uma tarefa. Na linguagem técnica da comunicação medium designa o canal através do qual o emissor passa a sua mensagem ao receptor, a audiência.

E aqui partimos para uma conceituação importante para a função do jornalista. Se ele trabalha com diferentes meios, ou canais para chegar à sua audiência, ele é um mediador. A sua atividade é de mediação ou inter+mediação. Explico: o jornalista e a imprensa devem fazer o intercâmbio entre o fato, a realidade, e aqueles que a desconhecem. Mas, atenção, a imprensa não é apenas uma divulgadora ou irradiadora de notícias, informações e serviços. A Lista Telefônica faz isso maravilhosamente bem.

O jornalista ao fazer a mediação entre as mudanças que acabam de ocorrer e aqueles para as quais estas mudanças importam, está interpretando, refletindo, repercutindo, dimensionando, hierarquizando e, sobretudo, oferecendo subsídios para a formação dos juízos individuais.

A mediação jornalística é, portanto, uma função social e política e visa, antes de tudo, evitar que a sociedade seja dominada pelos preconceitos ou pela ignorância (o que vem dar no mesmo). Explico a semelhança: se preconceito é fruto de uma atitude de

quem pensa que sabe, a ignorância resulta de quem não quer ou não pode saber. De onde se conclui -- e isto é vital para quem estuda as ciências jurídicas -- que a busca do saber é o caminho para atingir as condições de julgar.

Não é por acaso que a função mediadora da imprensa está presente em várias passagens da Carta Magna seja para preservar a sua integridade, defendendo-a de quaisquer constrangimentos, seja para oferecer-lhe facilidades e privilégios para o seu exercício. A intenção dos legisladores ao proteger e estimular a imprensa - e isto remonta ao século XVII na Inglaterra - é criar a indispensável pluralidade de versões, sem a qual a democracia não existe.

Juntemos agora as duas palavras que antes analisamos separadamente, Preconceito e Mídia. Quando a imprensa se deixa impregnar pelo preconceito, trai a sua função mediadora e assume-se autoritariamente como irradiadora de sentenças, arvorando-se em instância legal.

Quando adota um preconceito, seja de forma consciente ou inconsciente, a imprensa, ao invés de ordenar e ponderar as circunstâncias para que o leitor forme o seu próprio juízo, antecipa-se e oferece-lhe um conceito fechado, impermeável, imponderável -- um pré-juízo. O leitor acostuma-se, resigna-se e, acaba por perder a sua faculdade de formar os próprios juízos.

Ora, não é para isto que a sociedade outorga aos meios de comunicação uma série de vantagens e privilégios constitucionais. A sociedade para agir nesta ou naquela direção quer, ela própria, montar os seus conceitos e critérios. Se a imprensa limita-se a abastecê-la de informações isentas e equidistantes, cumpre o seu papel de mediadora. Caso contrário, está prejulgando e substituindo-se aos poderes competentes.

Mais ainda: ao deixar-se levar pelo preconceito, a mídia valoriza e reforça os mecanismos de exclusão e intolerância. Isto já se nota no próprio perfil do jornalista que milita na grande imprensa brasileira conforme pesquisa realizada no ano passado pelo CEBRAP.

Nossas redações tornaram-se perigosamente homogêneas sob o ponto de vista etário, cultural e político. Os jornalistas que praticavam o jornalismo humanista foram sendo afastados e hoje são raros, substituídos pelo jornalistas yuppies e tecnocráticos. A exclusão do Outro é uma das características do processo discriminatório e uma das marcas do autoritarismo. Sem diferenças de opinião dentro das redações deixamos de ter diversidade, um dos fundamentos do processo democrático.

É evidente que um jornalista, ao deixar-se levar por preconceitos, não o faz premeditadamente com esta intenção. As justificativas para enganar o público oferecendo-lhe conclusões preconcebidas ocorrem gradual e sutilmente. A paixão por esta ou aquela posição acaba saindo camuflada por algum obscuro princípio moral de que, quando se trata do bem-público, os fins justificam os meios.

Não é aqui o lugar para uma exegese dos vícios da nossa imprensa. Mas aqui é, sim, o lugar para fazer a desagradável constatação de que nunca -- ao menos nestes últimos 40 anos -- apareceram tantas queixas e polêmicas sobre os abusos da mídia. Nunca se fizeram tantos seminários sobre a Ética da Imprensa, nunca (fóra do âmbito profissional dos jornalistas) ficou tão evidente a falibilidade daqueles que se assumem como infalíveis em seus juízos e conceitos.

O preconceito jornalístico obstrui a fluência do processo democrático porque é um rito sumaríssimo, sem possibilidades de defesa e argumentação. É uma interrupção

do diálogo civil que as partes procuram manter para preservar o todo do tecido sócio-político. O preconceito jornalístico, porque sendo uma transgressão, estimula o revide e a agressão.

Nossa imprensa está hoje manietada por um feixe de preconceitos vociferados que produzem uma clima de arrogância e insolência. Como a imprensa, mesmo não querendo, faz a mediação social, a linguagem desabrida passa a ser um paradigma de coragem e independência, subvertendo-se a civilidade e, logo depois, o civismo. Permeada por esta intolerância dos mediadores, a própria sociedade adota-a como padrão. Não é por casualidade que as últimas convenções partidárias terminaram em socos e ponta-pés.

Pratica-se hoje em nossa mídia um cala-a-boca onde os inocentes são colocados no banco dos réus como se já fossem indiciados. Em certos momentos este preconceito avulta e, por mimetismo, estende-se à toda mídia de que resultam situações de autêntico linchamento.

Por que isto? As razões são muitas e, também, não cabem neste colóquio. Mas uma delas é visível para qualquer leitor: nossos jornais estão fragmentados e esta fragmentação começa com a proliferação das colunas opinativas que hoje se sobrepõem ao material reporterístico e informativo. Ora, a sociedade não quer dos jornais suas cadentes sentenças, quer do jornal um levantamento imparcial das circunstâncias.

O preconceito, por sua conotação agressiva, é o adversário da civilidade. O que nos leva às duas outras palavras do título: civilidade e civismo. Originam-se da mesma árvore latina que deu *civis*, *civilis*, *civitas*, *civilitas*, *civilitatis*. Referem-se ao habitante da cidade, em contraposição ao *agricultor* menos polido. É o cidadão, obrigatoriamente urbano, educado, instruído e respeitoso para com os semelhantes. É a cidadania, sociedade de seres com os mesmos direitos e deveres. *Civitas* é o aquele centro de poder político, o cerne do Estado e da Pátria. *Civilis* é o direito que concerne ao indivíduo privado.

Conclui-se assim que civilidade faz parte do processo de civilização e que civilização não é apenas um conjunto de conquistas tecnológicas ou econômicas mas, antes de tudo, um estágio no relacionamento entre os homens. Urbanidade, responsabilidade e o respeito ao próximo, além do parentesco etimológico, tem conotações semânticas com civismo que é devoção ao Outro, materializada no interesse público e no bem-estar coletivo.

O cidadão integrado à sociedade é necessariamente um agente que trabalha em benefício desta mesma sociedade respeitando a identidade dos demais, acatando os estatutos gerais e esforçando-se para o aprimoramento coletivo.

Civismo também pode ser visto como patriotismo, embora as duas palavras, ao longo dos 21 anos de regime militar, tenham assumido conotações negativas. Se formos fugir das palavras que já foram abusadas e violentadas por regimes de força, nosso vocabulário estaria hoje bem reduzido. Reparem que nos campos de concentração nazistas o lema que encimava os sinistros portões dizia, *Arbeit Macht Frei*, o Trabalho Traz a Liberdade. Então, pergunto: por isso, devemos abandonar palavras preciosas como Trabalho e Liberdade?

Não receiemos, portanto, a reutilização do conceito de pátria, terra natal. Mas cuidado com o patriotismo sem civilidade -- é o caso dos regimes autoritários, xenófobos e totalitários. A civilidade é obrigatoriamente cívica, legitimando o respeito

ao próximo em termos institucionais. Um movimento corporativo, onde os interesses de um grupo sobrepõem-se aos da sociedade, não é cívico nem promove a civilidade.

Entra aqui uma palavra que não está no programa -- Democracia -- mas que deve estar presente em todas as ocasiões em que se falar nos antídotos ao preconceito. A Democracia não se resume apenas à existência de um calendário eleitoral regular e à existência dos três poderes. A democracia, como sistema perene e contínuo, carece também do exercício cotidiano de um mínimo de regras de convivência e de tolerância para com o Outro. A democracia necessita, sobretudo, de uma imprensa plural e diferenciada, consciente de sua responsabilidade como mediadora.

E aqui vamos buscar uma outra palavra que não está no programa e que a imensa maioria dos jovens infelizmente quase desconhece. Chama-se Fascismo. Eric Hobsbawm na sua brilhante avaliação sobre o século XX que chama de "Era dos Extremos", designa as diversas irrupções fascistas como a ruptura da civilidade, compreendida esta como um sistema de capilarização da democracia.

O fascismo -- qualquer fascismo e ele hoje multiplica-se com todos os disfarces - - é a supremacia do preconceito. O fascismo, como aqueles virus que se transformam e até trocam de identidade, voltou a ser o grande fantasma político. Justamente pela sua capacidade camaleônica de camuflar-se e adotar por mimetismo inocentes roupagens.

O que se considerava como politicamente correto, justamente por causa da precariedade desta chancela, pode esconder tenebrosas aberrações. Veja-se o caso do Unabomber. Aparentemente é um ecologista radical disposto a levar às últimas consequências sua rejeição à maquina, ao progresso e sua defesa da Natureza. No entanto, seus atos terroristas contra inocentes nada o distinguem dos nazistas da Alemanha.

Brigitte Bardot, depois de ser o símbolo sexual dos anos 60, tornou-se o símbolo da defesa dos direitos dos animais. Sua recente manifestação contra o abate ritual dos carneiros por parte dos muçulmanos da França enquadra-a perfeitamente dentro do Front National, o partido ultra-direitista francês, ao qual pertence seu marido, agremiação inequivocamente fascista.

Os fundamentalistas islâmicos do Norte da África e do Oriente Médio pretendem preservar-se da decadência do Ocidente, preservando seus usos e costumes. Mas adotam a brutal e sanguinária pratica política daqueles que pretendem a eliminação em massa e a solução final.

Há fascismos de viés direita e fascismos de viés esquerda. Aliás, tanto Hitler como Mussolini sempre tiveram inclinações sociais e se pretenderam socialistas, cada um à sua maneira. Eram de direita pensando serem de esquerda. Hoje há quem se considere esquerda sendo, na realidade, enfezado direita.

Os judeus que há 100 anos (quando surgiu o fascismo dito moderno) sempre foram as suas vítimas prediletas também estão sendo infectados pelo agressivo culto ao preconceito. O assassinato do Primeiro Ministro Rabin por um fanático religioso da extrema-direita israelense tem todas as características de um ato fascista. A começar pelo clima de histeria política insuflado por algumas lideranças religiosas que tomou conta de Israel quando foram assinados os acordos de paz. E termina com a utilização pelo assassino das balas dum dum, destinadas a esfaquear as vítimas.

Trago à baila a ressurgência mundial do fascismo não apenas porque esta é a minha preocupação política dominante, mas porque, como jornalista, percebo que a

disseminação do preconceito na e pela imprensa -- mesmo os insignificantes e "justificados" -- leva ao totalitarismo e a uma perigosa situação de ruptura social e política.

Nunca é demais repetir que o ser preconceituoso é basicamente um autoritário e que o fascismo nutre-se primordialmente dos pequenos preconceitos dos pequenos ditadores que, num crescendo, acabam convertendo-se em grandes preconceitos dos grandes ditadores. E, uma vez instalada a incapacidade para julgar com serenidade, acende-se o pavio que incendiará todas as reservas de civilidade.

Se a imprensa não está advertida nem se mostra sensível aos perigos desta perigosa bola-de-neve acaba por produzir um clima propício à irracionalidade e à selvageria.

Há dez ou onze anos atrás acabou-se a ditadura militar. Governo já não é mais sinônimo de vilania. Tudo o que se fez antes em matéria de resistência ao regime militar, hoje, numa democracia, precisa ser repensado e reavaliado. O vale-tudo da década passada já não se justifica. Mesmo a experiência do impeachment do Presidente Collor de Mello deve ser colocada numa redoma para ser estudada pelas próximas gerações. O papel do jornal e do jornalismo não é derrubar presidentes eleitos -- o que até pode acontecer ocasionalmente -- mas é de ajudar a sociedade a tomar as melhores decisões em seu benefício.

O papel do jornalista como mediador é criar uma sociedade mais criteriosa e madura. Inclusive para impedir que viceje a irresponsabilidade da imprensa.

### **Interesses e preconceitos**

**P:** As empresas jornalísticas brasileiras são de capital privado. Onde reside exatamente a responsabilidade social dessas empresas?

**Belisário dos Santos Jr.:** Ocorre-me neste momento, a propósito, a lição do Professor Alberto Cañas Escalante, Embaixador da Costa Rica perante as Nações Unidas, no momento da aprovação da Declaração Universal de Direitos Humanos.

A liberdade de expressão implica necessariamente uma possibilidade de expressão. Esta possibilidade só é "rousseauianamente" assegurada aos oradores de praça.

Em relação à liberdade de imprensa, nos termos em que constante da Declaração, é mais bem uma liberdade empresarial que liberdade individual ou direito humano, já que é concebida nos termos de declarações do século XVIII, sem contar a enorme quantidade de água que passou por baixo dessa ponte desde então... Hoje o exercício dessa liberdade é um negócio, e há que cuidar do negócio... Este necessita de capital e de entradas de capital.

De empresas nem sempre éticas, depende o exercício da liberdade de expressão dos cidadãos. De anunciantes nem sempre éticos depende a liberdade de expressão das empresas de comunicação.

Conclui o Professor Embaixador, numa autocrítica nostálgica:

*"Os delegados de 1948 nos sentimos muito orgulhosos no momento da votação. Mas o século XVIII havia ficado para trás, e não nos demos conta disso!"*

**Dines:** Pois é. Eu acho que tem uma definição que pode dirimir essa pendência entre atividade privada e a função social. As empresas jornalísticas são privadas, em todo mundo hoje, com exceção talvez da China e de Cuba. Mas embora sejam empresas

privadas, fazem um serviço público e sobretudo estão protegidas por uma série de preceitos constitucionais e privilégios constitucionais. Sendo assim, elas tem que estar compenetradas de que prestam esse serviço público e tem contas a prestar à sociedade.

Isso não é o que acontece. Todas as tentativas que se fazem para o acompanhamento e a crítica da mídia pegam mal, como se diria na linguagem coloquial. O jornalista e o dono do jornal, e aí estão irmanados o trabalhador e o dono do capital, ambos rejeitam qualquer tipo de avaliação da sociedade.

**P:** Gostaria que você falasse um pouco sobre a união entre os grupos mais poderosos dos diversos setores da imprensa e os interesses particulares de determinados grupos políticos brasileiros.

Eu faço muitas críticas à atuação da mídia brasileira, sobretudo nesse período da construção democrática, mas eu não diria que a mídia brasileira está comprometida com partidos políticos. Ela tem suas posições independentemente das posições dos partidos. O que a mídia brasileira tem por tradição, sempre teve e ela cultiva isso com certo gosto, diga-se, é uma aproximação com o poder político. É inevitável, mas mesmo assim nós encontramos sempre, em todas as ocasiões, vozes discordantes que não concordam, ou fazem exceções ao coro geral de aprovação.

Eu não acho que o problema da mídia brasileira seja a conjugação patronal-partidária. É o preconceito que está vigindo na feitura dos jornais, e na feitura dos jornais os padrões não interferem. O tom desabrido, desaforado, enfezado, agressivo, pouco cívico, não são os donos de jornais que dão o diapasão, isto é de uma geração que não está treinada na democracia, não está treinada no respeito ao outro e que está numa posição de mando e assume-se arrogantemente como infalível. Portanto, eu acho que o problema maior não é a ligação do poder da mídia com o poder político, é justamente o que está sendo feito debaixo do poder da mídia por aqueles que deviam estar zelando pelos interesses da sociedade.

...

**P:** Você deu ênfase maior à questão da imprensa escrita, como vê o monopólio estatal da mídia televisiva? O que seria uma mídia imparcial?

Bem, eu dei preferência à mídia impressa, primeiro porque é aquela que eu conheço, em segundo lugar porque é aquela que deixa marcas. Um editorial seja do SBT, seja da TV Globo, ele não tem a força de um editorial ou de uma coluna opinativa de um jornal impresso. Essa é a força da palavra escrita, essa é a força e a perenidade do papel. Essa é a força que vai manter o jornalismo impresso, a despeito da tecnologia e dos sistemas on-line, permanentemente, eu espero pelo menos nos próximos duzentos anos ainda vitalmente importante. Então eu dou importância à mídia impressa, porque a palavra impressa vale muito mais do que a palavra falada. Eu não vejo um monopólio estatal na mídia eletrônica.

O que me preocupa na mídia eletrônica não são os jornais, porque os jornais são uma parte ínfima com relação à programação como um todo. O que me preocupa é um país onde a educação tem tantas brechas e falhas e deixou de cumprir a tarefa de formar cidadãos conscientes, como já fez anteriormente, um país que carece dessas instituições formativas, a televisão, não apenas no seu jornalismo, mas a televisão como um todo, cria uma cidadania trivial, banalizada, sem profundidade, sem apego à cultura, e isto é extremamente lamentável. Mas isso é o regime da iniciativa privada, da livre concorrência, esperemos que com a pluralidade das opções com os canais dirigidos, sejam por satélites, sejam por cabos, nós possamos ter opções mais qualificadas para



que a mídia eletrônica possa cumprir seu papel de ajudar, de auxiliar na formação cultural deste país.

**P:** Por favor, comente: mídia, religião e preconceito.

Isso evidentemente exigiria um outro simpósio. Eu acho que no Brasil o problema de religião é que não tem sido muito considerado, e sobretudo nosso passado, por causa do nosso passado português nós estamos esquecendo do terror que foi a ligação da Igreja e do Estado. A Constituição de 46, que teoricamente deveria ser pior que a atual, a Constituição de 88, era muito mais secular, separava Igreja e Estado e as coisas não convergiam e não tangenciavam-se. Já na de 88 há uma série de injunções que me incomoda. O preâmbulo pedindo a graças de Deus, embora seja inofensivo, é uma irregularidade considerando que a sociedade brasileira tem que garantir o direito também de não crer, e logo a inclusão do preâmbulo da Constituição de uma cláusula religiosa, embora ampla e genérica, confronta esse princípio sagrado da separação das coisas do espírito das coisas do estado. A mídia nesta onda é extremamente majoritária, ela acompanha o poder majoritário da Igreja Católica. Os quatro grandes jornais brasileiros, Jornal do Brasil, o Globo, o Estadão e a Folha, cada um deles tem em lugar de honra, um lugar reservado para uma autoridade eclesiástica e não tem o mesmo lugar reservado para autoridades de outros credos ou de não-credos. Então o Estado de São Paulo tem o Dom Lucas Moreira das Neves, cardeal primaz; a Folha de São Paulo tem Dom Luciano Mendes, que é o Bispo de Mariana; no Rio de Janeiro, é extremamente curioso que apesar da competição canibalesca entre dois jornais, Globo e Jornal do Brasil, os jornais publicam no sábado o Dom Eugênio Salles, Cardeal do Rio de Janeiro, já veterano. Isso demonstra como a imprensa não é imparcial, digamos, nessa questão da religião. E aí, a partir destes fatos básicos, nós podemos tirar uma série de ilações e verificar que toda essa "guerra santa" sobre os evangélicos foi carregada de preconceito. Isto não quer dizer que o Edir Macedo não tenha lá suas culpas no cartório, mas o processo, como um todo, foi tratado com preconceito e com intolerância. Sou um estudioso amador da Inquisição portuguesa e da Inquisição brasileira que existiu praticamente no mesmo período de tempo, quase três séculos... Percebo que nós não nos livramos ainda da crença majoritária, isto é uma coisa que precisamos um dia corrigir.

**P:** Quais são os fatores que o senhor acredita terem sido determinantes para a extinção dos jornalistas humanistas?

**Dines:** Essa é uma outra história. Uma história que precisa ser um dia contada. É a história de uma greve malfadada de jornalistas aqui em São Paulo em 1979, que provocou do patronato uma reação violentíssima, nunca feita antes, não imediata, levou um ano e meio para se articular. E os jornais passaram a agir, passaram pela primeira vez a sentar-se, porque eles não se sentavam, os donos não queriam tratar, não queriam se sentar na mesma mesa, então só os filhos dos donos passaram a sentar na mesma mesa e assumiram uma série de posturas e de estratégias de forma maciça. É por isso que eu insisti tanto quando falei que a imprensa tem de ser diferenciada, porque de uma forma geral, embora os logotipos sejam diferentes, e um puxa mais para o governo, outro puxa menos para o governo, certos pressupostos são idênticos.

A troca do humanismo pelo tecnocracia yuppie tem a ver com um problema etário. Foi atribuído injustamente à greve dos jornalistas de 79, aos jornalistas dito humanitários, mais velhos, que justamente foram contra esta greve que seria absurda, que facilmente estava fadada a fracassar, como fracassou. Mas evidentemente, eram as figuras exponenciais, eram as figuras com uma participação política anterior à ditadura e foram os bodes expiatórios que tinham de ser eliminados, porque eram os politizados

que tinham criado esse clima. E a partir daí o processo ganhou uma grande velocidade, com uma distorção do processo jornalístico. A presença do marketing dentro da operação jornalística era uma coisa que qualquer jornalista da minha geração rejeitaria, porque o marketing é secundário.

São as responsabilidades do jornalista perante à sociedade que devem comandar a postura do jornal a favor da sociedade, não um setor comercial. Mas esse fascínio pelo marketing permeia o Brasil inteiro, porque são essas as formas milagrosas... Isto é um modismo que começou na imprensa e permeou a sociedade brasileira, que vive em função da cosmética e abandona as questões fulcrais e primordiais da ação política ou jornalística. Então de uma forma geral a troca foi geracional e doutrinária, precisava-se de jornalistas capazes de atender a esses reclamos da competição, dos brindes, dos brindes que tornam o jornal descartável e secundário, as pessoas compram o jornal e jogam o jornal fora e ficam com o brinde, o que é uma subversão, tinham que ficar com o jornal, jogar o brinde fora. Mas isso tudo são coisas que vieram ocorrendo numa progressão imparável, eu não sei aonde vai acabar isso, e o jornal deixa de ser aquilo que é, o mediador da sociedade, o cimentador da ação reflexiva da sociedade.

**P:** Como criar rupturas na estrutura yuppie viciada e inócua das redações?

Eu não sou a favor de rupturas, sou a favor de evoluções. Acho que é muito simples. Uma redação deve representar, não digo estatisticamente, ela deve representar a sociedade para a qual é dirigido este veículo. Na maior parte dos jornais não há a experiência para filtrar possíveis erros, possíveis arrogâncias e possíveis preconceitos mesmo. Então o jornal é feito de uma forma, por uma equipe homogênea, sem diferenciação. A ruptura eu não aconselho, mas uma evolução, para fazer como acontece em todos os países do mundo, em que a imprensa reflete a composição e a estruturação da sociedade e não apenas um segmento dela.

**Julio:** Uma outra pergunta, e esta é dirigida a mim, é uma crítica. Com o perdão da ousadia, não é um preconceito o processo de seleção das perguntas formuladas por escrito pelo público aqui presente?...

Bem, eu tenho que receber isso com um sorriso. Em primeiro lugar não há censura. Na medida do possível eu tento agrupar perguntas de um mesmo assunto, de um mesmo gênero e realizá-las em seguida. Em segundo lugar, o único critério que elimina as questões é aquele que determina não formular perguntas que não dizem respeito ao tema tratado. Por exemplo: algumas solicitam o endereço da Internet e coisas do gênero... Finalmente, um outro critério que faz com que eu não formule certas perguntas é que infelizmente, dentro das minhas inúmeras limitações, ainda não domino a arte champoliônica de decifrar caracteres hieroglíficos. Infelizmente eu não entendo várias letras, se vocês puderem "traduzir" eu vou me sentir agradecido...

Pergunta legível... A mídia plural apenas nascerá do crescimento do jornalismo reportagem. O jornalismo opinativo não pode colaborar com a democracia, afinal a imparcialidade absoluta é impossível e a reportagem pura é quase empirismo positivista?

O jornalismo compõem-se de vários gêneros. Nós temos o gênero opinativo, o gênero informativo, nós temos a prestação de serviços, e assim por diante. Não vou dar uma aula de jornalismo comparado. Mas o que está acontecendo hoje é estatístico, por isso eu citei para vocês que vale a pena vocês comprovarem, peguem aí os grandes jornais de São Paulo verifiquem, se quiserem contem os centímetros nos primeiros cadernos, o espaço dedicado à opinião e o espaço designado para informação colhida

por repórteres. A opinião está começando a ganhar. É claro que há razões econômicas, o espaço de um colunista é sempre mais barato do que o espaço de um repórter, porque o repórter não pode produzir todo dia uma matéria, ele às vezes passa cinco dias ganhando para produzir uma matéria de cinco linhas. O opinionista facilmente preenche aquelas quarenta, cinquenta, sessenta, setenta linhas que lhe são designadas. E não tem fotógrafo, não precisa do carro de reportagem, não precisa viajar. Ele está ali, escreve, pode até escrever uma série de artigos, depois viajar. Economicamente, empresarialmente, mas anti-jornalisticamente, isto é mais fascinante, a opinião do que o trabalho de reportagem. Mas o jornalismo nasceu repórter. Mesmo com a falência da natureza humana, mesmo que no seu íntimo o jornalista mais isento sempre descambe para uma certa predileção, mas só esse esforço de ser isento, de ser equidistante, já é muito bom, já é cívico, já é exemplar, porque faz com que ele se coloque de uma forma mais discreta. Eu fico extremamente chocado quando leio essas violências que se cometem hoje no jornalismo opinativo brasileiro. No período imediatamente após a ditadura, onde se podia dizer uma série de coisas, eu não vi essa virulência empregada contra aqueles que foram sócios do regime militar, aqueles que foram responsáveis pelo regime militar.”

AUTOR: Alberto Dines - Jornalista, escritor e professor

(Fonte: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/discrim/preconceito/midiacivilidade.html>, acesso em 11/07/09)